

REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS

Preâmbulo

A criação da **Comissão Social de Freguesia de Avenidas Novas**, adiante designada **CSF – Avenidas Novas**, enquadra-se no Programa da Rede Social, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de Fevereiro e Decreto – Lei nº 115/2006, de 14 de Junho.

A Rede Social define-se como um fórum de articulação e congregação de esforços baseados na adesão livre por parte das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, assim como das entidades privadas com fins lucrativos e outras entidades e estruturas de parceria locais, que nela queiram participar e cumpram os requisitos definidos no presente regulamento.

Com a Rede Social pretende-se constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na equidade entre os parceiros, na consciencialização dos objetivos previstos na legislação e na concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes, respondendo, dessa forma, aos problemas locais de um modo inovador, colocando a ênfase quer no diagnóstico dos problemas quer na sua resolução, tanto quanto possível com a participação de todos os atores locais.

Pretende-se com esta parceria trazer uma maior eficácia e eficiência às respostas sociais e aos problemas concretos dos cidadãos e das famílias num dado território.

Todas as ações desenvolvidas no âmbito da Rede Social, bem como o funcionamento de todos os seus órgãos, orientam-se pelos princípios da Subsidiariedade, da Integração, da Articulação, da Participação, da Inovação, da Equidade e da Igualdade.

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento interno destina-se a definir os princípios a que obedece a constituição, organização e funcionamento da **CSF – Avenidas Novas**, constituída a 06 de 02 de 2014, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que instaura a Rede Social e do Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de Fevereiro, que regulamenta o Programa de Apoio à sua Implementação e, ainda, o Decreto – Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que regulamenta a Rede Social, e define o funcionamento

e as competências dos seus órgãos, bem como, os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados.

Artigo 2.º

Natureza

A **CSF – Avenidas Novas** é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diagnóstico e análise dos problemas, e articulação de respostas visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela intervenção ao nível local.

Artigo 3.º

Objetivos

A **CSF – Avenidas Novas** tem como principais objetivos:

1. Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
2. Promover o desenvolvimento social integrado;
3. Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
4. Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
5. Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

Artigo 4.º

Estrutura

1. A **CSF – Avenidas Novas** funciona em plenário, composto pelos representantes de todos os seus membros.
2. Sempre que necessário, para o bom exercício das suas competências, a **CSF – Avenidas Novas** pode constituir um núcleo executivo.
3. Podem, ainda, ser designados grupos de trabalho, tidos por adequados para responder às problemáticas que requeiram um tratamento específico.

Artigo 5.º

Âmbito Territorial

O âmbito territorial da **CSF – Avenidas Novas** é o da Freguesia de Avenidas Novas, em Lisboa.

Artigo 6.º

Sede de Funcionamento

A **CSF – Avenidas Novas** tem sede nas instalações da Junta de Freguesia de Avenidas Novas, a qual é responsável pelo apoio logístico ao seu funcionamento.

Artigo 7.º

Composição

A **CSF – Avenidas Novas** integra:

1. O Presidente da Junta de Freguesia de Avenidas Novas;
2. Os serviços públicos, nomeadamente, os tutelados pelos membros do Governo preferencialmente nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, administração interna, justiça, obras públicas e ambiente;
3. As entidades sem fins lucrativos, tais como associações empresariais, associações sindicais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não governamentais, associações de desenvolvimento local, associações humanitárias, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social;
4. Grupos comunitários organizados representativos de grupos da população;
5. Entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente, através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros.

Artigo 8.º

Direitos e Deveres dos Membros

1. Constituem direitos dos membros da **CSF – Avenidas Novas**, entre outros:
2. a) Participar nas sessões plenárias da **CSF – Avenidas Novas**;
3. b) Requerer a convocação de reuniões do órgão plenário, propor alterações ao Regulamento Interno, exercer o seu direito de voto, eleger e ser eleito para os diversos órgãos;
4. c) Aceder a toda a informação produzida no âmbito das atividades do **Conselho Local de Ação Social – LISBOA (CLAS-Lx)** e da **CSF – Avenidas Novas**;
5. d) Participar ativamente na conceção, execução e avaliação da atividade da **CSF – Avenidas Novas**.
6. Constituem deveres dos membros da **CSF – Avenidas Novas**, entre outros:
7. Participar nas sessões plenárias da **CSF – Avenidas Novas** e nos grupos de trabalho a que pertençam, devendo justificar as ausências;
8. Desempenhar os cargos e funções para que sejam eleitos ou designados;
9. Dar conhecimento aos restantes parceiros da **CSF – Avenidas Novas** dos projetos, medidas e programas de intervenção social da mesma, ou de outra área territorial;
10. Contribuir, de modo regular, para a atualização do diagnóstico social e do plano de desenvolvimento social;
11. Colaborar na elaboração, concretização e avaliação do Plano de Ação da **CSF – Avenidas Novas**;

Artigo 9.º

Competências

Compete à **CSF – Avenidas Novas**:

1. Elaborar, alterar e aprovar o seu Regulamento Interno;
2. Sinalizar as situações de pobreza e exclusão social existentes na Freguesia e definir propostas de atuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na **CSF – Avenidas Novas**;
3. Encaminhar para o **CLAS – LISBOA** os problemas que excedam a capacidade dos recursos da Freguesia, propondo as soluções que tiverem por adequadas;
4. Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na Freguesia;
5. Promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes da Freguesia;
6. Promover ações de formação/informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
7. Recolher a informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da Freguesia para que se procurem, conjuntamente, soluções para os problemas;

8. Dinamizar a adesão de novos membros;
9. Articular as ações desenvolvidas pela **CSF – Avenidas Novas** com o Plano de Desenvolvimento Social e com os Planos de Ação dele decorrentes.

Artigo 10.º

Adesão e Processo de Constituição

1. A constituição da **CSF – Avenidas Novas** é feita em sessão plenária, ficando registada em ata assinada por todos os parceiros aderentes.
2. O processo de adesão à **CSF – Avenidas Novas** é feito em formulário próprio, tendo cada entidade aderente de indicar o respetivo representante.

Artigo 11.º

Condições de Adesão

1. A adesão de novos membros é deliberada em sessão plenária, ficando registada em ata assinada por todos os parceiros aderentes.
2. A adesão das entidades referidas, na alínea b) do artigo 7.º do presente Regulamento, depende de as mesmas exercerem a sua atividade na respetiva área geográfica ou do seu âmbito de intervenção ser relevante para o desenvolvimento social local.
3. Só podem ser membros da **CSF – Avenidas Novas** as entidades que tenham, previamente, aderido ao CLAS – LISBOA.
4. Considerando que a Rede Social se baseia na adesão livre das entidades que a compõem, a saída da **CSF – Avenidas Novas** não carece de qualquer deferimento, bastando para tal uma declaração formal da própria entidade que expressa a sua decisão.
5. As entidades que queiram pertencer à **CSF – Avenidas Novas** terão de elaborar uma apresentação da mesma considerando os seguintes aspetos: missão; objetivos; destinatários; satisfação de critérios legais; motivo de pedido de adesão,
6. Todos os elementos que compõem a **CSF – Avenidas Novas** ou elementos convidados para as ações da mesma estão obrigados a sigilo, relativamente às informações constantes de processos individuais ou familiares apresentados.

Artigo 12.º

Presidência

1. A **CSF – Avenidas Novas** é presidida pelo presidente da junta de freguesia de Avenidas Novas, que dinamiza e convoca o respetivo plenário.
2. Caso se verifique a impossibilidade da assunção da presidência pelo presidente da junta de freguesia, esta é assumida por um dos membros da **CSF – Avenidas Novas**, eleito, de dois em dois anos, pela maioria das entidades que a compõem, tendo a junta de freguesia de indicar um representante para a **CSF – Avenidas Novas**.
3. A **CSF – Avenidas Novas** elege, de entre os seus membros, um elemento que substitua o presidente nos seus impedimentos.

Artigo 13.º

Reuniões

1. A **CSF – Avenidas Novas** reúne em plenário duas vezes por ano.
2. A **CSF – Avenidas Novas** poderá reunir-se, extraordinariamente, por iniciativa da sua presidência ou quando solicitado por um terço dos membros que a compõem, devendo para o efeito ser remetida uma convocatória da presidência, com uma antecedência mínima de dez dias úteis, seguindo a convocatória por ofício, fax ou e-mail e com a indicação do (s) assunto (s) a tratar.
3. As convocatórias das reuniões ordinárias são sempre feitas pela presidência da **CSF – Avenidas Novas**, acompanhadas da ordem de trabalhos e remetidas com a antecedência de dez dias úteis, seguindo a convocatória por ofício, fax ou e-mail.
4. O Plenário da **CSF – Avenidas Novas** pode aprovar alterações à ordem de trabalhos, por maioria dos membros presentes, sob proposta do Presidente, ou sob proposta de qualquer um dos membros, tendo o pedido de alteração sido entregue ao Presidente da **CSF – Avenidas Novas**, pelo menos, trinta minutos antes do início da reunião.
5. Em caso de falta de quórum, o plenário reunirá quinze minutos depois com os membros presentes.
6. O elemento que se representar no Plenário, que não seja o representante indicado na ficha de adesão mas esteja munido de uma declaração da entidade que representa, considera-se com poder de decisão, para os assuntos expressos na ordem de trabalhos.
7. Os parceiros da **CSF – Avenidas Novas** que, em plenário ou em grupos de trabalho, tiverem três ausências consecutivas sem justificação ou comunicação prévia, ficarão excluídos.

8. A reintegração, na **CSF – Avenidas Novas**, da entidade que vier a ser excluída, em virtude do exposto no ponto nº 8 do presente artigo, feita a pedido do responsável pela entidade, mediante aprovação favorável do Plenário.
9. Poderão participar nas reuniões da **CSF – Avenidas Novas**, sem direito a voto, outros elementos, para o efeito convidados, pela sua experiência e/ou formação em assuntos específicos que constem da ordem de trabalhos.

Artigo 14.º

Atas das Reuniões

1. De cada reunião é lavrada uma ata, onde se registam os assuntos tratados, à qual será anexada a folha de presenças, que será apreciada e aprovada no Plenário seguinte.
2. A responsabilidade de elaboração da ata cabe a todas as entidades com assento na **CSF – Avenidas Novas**, em regime de rotatividade e deve ser enviada às entidades presentes no plenário, no prazo máximo de quinze dias úteis após o mesmo, para propostas de alteração.
3. Em caso de deliberações urgentes, será elaborada ata em minuta que será posta à aprovação dos membros presentes.

Artigo 15.º

Votação e Deliberações

1. Cada entidade parceira da **CSF – Avenidas Novas** tem direito a um voto.
2. A votação é feita:
 1. Por voto identificado para a aprovação de propostas;
 2. Por voto secreto para a eleição de pessoas.
3. As deliberações são aprovadas por maioria simples.
4. Em caso de empate, o Presidente da **CSF – Avenidas Novas** usará o direito do voto de qualidade.
5. Em nenhum caso poderá um membro representar mais do que uma entidade.

Artigo 16.º

Núcleo Executivo

1. O núcleo executivo deve ser composto por número ímpar de elementos, não inferior a três e não superior a nove.
2. A duração do mandato do núcleo executivo é de dois anos.

Artigo 17.º

Grupos de Trabalho

1. Os Grupos de Trabalho funcionam a título permanente ou eventual.
2. O Plenário da **CSF – Avenidas Novas** pode decidir a criação de Grupos de Trabalho com base territorial ou com base em conteúdo funcional/temático, devendo, igualmente, decidir os membros que os compõem, bem como identificar os objetivos a atingir por cada Grupo.
3. Os Grupos de Trabalho poderão chamar, quer a nível de diagnóstico, quer a nível da discussão/desenvolvimento/avaliação de medidas de política social, outros parceiros ou entidades que, não tendo assento na **CSF – Avenidas Novas** possam contribuir para o sucesso da atividade. As propostas e pareceres apresentados serão, exclusivamente, da responsabilidade dos Grupos de Trabalho.
4. As conclusões de trabalho e propostas de trabalho resultantes da atividade deverão ser apresentadas em Plenário, para serem validadas.

Artigo 18.º

Casos Omissos

No que concerne a tudo o que não esteja expresso ou previsto no presente regulamento, deverá remeter-se para a Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que instaura a Rede Social, para o Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de Fevereiro, que regulamenta o Programa de Apoio à sua Implementação, e para o Decreto – Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que regulamenta a Rede Social, e define o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como, os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados.

Artigo 19.º

Revisão do Regulamento

O presente regulamento poderá ser alterado, por maioria de dois terços dos membros da **CSF – Avenidas Novas** presentes no plenário no qual sejam propostas as referidas alterações.

Artigo 20.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor logo que aprovado por maioria dos presentes em reunião plenária da **CSF – Avenidas Novas**.

Aprovado por unanimidade em Reunião Plenária de 16 de Setembro de 2014

